

Editorial

Pedidos cidadãos

■ Caroline Motta

No dia 17 de junho, vereadores da cidade de Água Branca, no Sertão paraibano, aprovaram por unanimidade um projeto que reduz o salário dos parlamentares para um salário mínimo a partir de janeiro de 2017, segundo o G1. Atualmente, os nove vereadores recebem R\$2,7 mil. A cidade tem pouco mais de 10 mil habitantes. A iniciativa foi do próprio presidente da casa, em parceria com outro parlamentar, sob justificativa de que “em um momento de crise como esse, devemos tentar ajudar o município”.

Em Minas Gerais, os nove vereadores de Monte Sião, terão redução salarial de 30% – passando de R\$ 3.975,61 para R\$ 2.783,14. Em Perdões, no Centro-Oeste, os parlamentares aprovaram um projeto para reduzir os salários em quase 40% – passando de R\$ 6,3 mil para R\$ 3,7 mil. Em São Francisco de Paula, também no Centro-Oeste, foi aprovada uma redução de 40,54%, que passou os vencimentos de R\$ 2.018 para R\$ 1,2 mil. Estes são alguns dos casos no país de mudanças que aconteceram após a mobilização de cidadãos, seja por abaixo-assinados, por protestos ou por ambos.

As iniciativas têm incentivado outras pessoas, de diferentes regiões, a fazerem pedidos semelhantes em seus municípios. É o caso de Rosário do Sul, como pode ser lido na página 4 dessa edição, onde um grupo de cidadãos reuniu duas mil assinaturas pedindo que os salários dos vereadores, que ganham em torno de R\$5 mil atualmente, passe para R\$970 – valor dos vencimentos dos professores em início de carreira da rede municipal, que possuem carga horária de 20 horas.

Se os valores apresentados estão de acordo com a realidade, seja o recebido pelos parlamentares ou o pedido pelos cidadãos, são pontos a serem debatidos com mais profundidade. Certo é que a sociedade manifestar-se, organizar-se e envolver-se com a política é sempre importante para que a democracia seja de fato exercida.

Espaço do Leitor

*Os artigos e colunas com assinatura nas páginas deste jornal não traduzem necessariamente a opinião do mesmo, são de inteira responsabilidade de seus autores.

O WhatsApp como ferramenta de crime

■ Renato Falchet Guaracho - Advogado especialista em Direito Eletrônico do escritório Aith Advocacia

No último dia 21 de julho, a Polícia Federal deflagrou a “Operação Hashtag”. Agentes policiais cumpriram doze mandados de prisão contra pessoas suspeitas de planejar ataques terroristas durante as Olimpíadas do Rio, representando o Estado Islâmico no Brasil.

A Polícia Federal alega que o grupo conversava pelos aplicativos WhatsApp e Telegram para impedir que os agentes tivessem acesso às conversas e aos planos. O caso aconteceu apenas dois dias após o aplicativo WhatsApp ter sido temporariamente bloqueado pela justiça por dificultar investigação criminal e ter voltado a funcionar por determinação do Ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

As informações obtidas pela Operação Hashtag trazem novamente à tona o risco que o aplicativo produz à segurança pública, permitindo que terroristas atuem em território nacional utilizando-o como uma espécie de porto seguro.

Nesse passo, observa-se que o Supremo Tribunal Federal em decisão de caráter aparentemente político imunizou o WhatsApp de novos bloqueios, ao menos até que o assunto seja analisado pelo Pleno do STF.

Enquanto não se alcança uma definição,



FÁBIO TITO/G1

Ícone do aplicativo de conversa WhatsApp

juízes de primeira instância, Polícia Federal e Ministério Público ficam reféns da vontade do Facebook, empresa que controla o aplicativo, para a liberação de conversas consideradas suspeitas e que necessitem de investigação. Trata-se de uma importante ferramenta de defesa, que falta-nos neste momento.

Infelizmente, o assunto não tem recebido merecida atenção. Nossa Constituição Federal sofre um grande golpe justamente do órgão que deveria defendê-la. Um grave risco para a soberania nacional.

Nota de desagravo à indicação política no Mapa

■ Consuelo Paixão Côrtes - Delegada do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical)

Os Fiscais Federais Agropecuários do Rio Grande do Sul estão solidários aos colegas do Rio de Janeiro. Mais uma vez o Ministério da Agricultura coloca numa superintendência um nomeado político. Foi publicada no Diário Oficial da União do último dia 21 a nomeação de Essiomar Gomes da Silva como superintendente do Mapa, às vésperas das Olimpíadas do Rio. O Fiscal Federal Agropecuário que comandava a unidade foi exonerado na mesma publicação.

A medida foi tomada mesmo após a publica-

ção de Decreto 8762/16, que tem a clara intenção de evitar a interferência política no serviço público, as nomeações arbitrárias seguem práticas do governo interino. Seria uma forma de agradar partidos favoráveis ao impeachment.

Vale lembrar que Essiomar Gomes da Silva, do Partido Progressista teve seu diploma de vice-prefeito cassado em 2012, por abuso de poder político e econômico. Continuamos registrando falta de moralidade e compromisso no serviço público, graças a este tipo de interferência.

Expediente - Gazeta de Rosário

Editora de Jornais CIM
Redação, Administração Comercial e Circulação
Rua Amaro Souto, 2371
CEP: 97590-000 - Rosário do Sul - RS

Telefones:

Direção: (55) 3231-1771
Redação: (55) 3231-6818
Comercial: (55) 3231-1519
CNPJ: 22.187.699-0001/77
gazetaurgente@gmail.com

Paulo Motta - Diretor
paulomotta@rosulonline.com.br
Caroline Motta
Editora
carolrosul@gmail.com

Impressão: O Correio - Cachoeira do Sul

Loteria esportiva

Segunda-feira
25/07/2016

14h

1° 6.781
2° 4.951
3° 8.079
4° 6.557
5° 9.242

Indicadores econômicos

Dólar Comercial	R\$ 3.2910	Regional Maior	R\$ 1.398,65
Dólar Turismo	R\$ 3.4000	Regional Menor	R\$ 1.103,66
Poupança	0,6299	Boi Gordo Kg/Vivo	R\$ 5,46 a 30 dias
	0,71760	Vaca Gorda Kg/Vivo	R\$ 4,89 20 a 30 dias
IGP-Mensal		Suíno Kg/Vivo	R\$ 3,22 à vista
Junho/2016	1,69	Arroz (50kg)	R\$ 49,36 à vista
IGP/Acumulado		Milho (60kg)	R\$ 44,45 à vista
12 meses	12,2193	Soja (60kg)	R\$ 76,04 à vista
Sal. Mínimo Nacional	R\$ 880,00		

Fonte: Emater até 22/07/16

Um dos primeiros postos construídos pela Petrobrás no estado do Rio Grande do Sul há mais de 50 anos. E atualmente equipado com tanques ecológicos que é um diferencial para nossa cidade.

VENTOSUL
Combustíveis BR
Lubrificantes BR

Fone/fax: (55) 3231-1620
Rua General Canabarro, 591
E-mail: vento.sul@brturbo.com.br
Rosário do Sul - RS